

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 39

Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010

Ana Lucia Saboia
Bárbara Cobo
Gilson Gonçalves Matos

Rio de Janeiro
2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4233-1

© IBGE. 2012

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2000.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Saboia, Ana Lucia

Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010 / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo, Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012.
p.38- (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 39)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4233-1

1. Família – Pesquisa - Brasil. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Demografia da família - Brasil. 4. Família – Aspectos sociais - Brasil. 5. Censo - Metodologia. 6. Brasil – Censo demográfico, 2010. I. Cobo, Bárbara. II. Matos, Gilson Gonçalves. III. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IV. Título. V. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2012-03

CDU 314.6(81)
DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. MUDANÇAS NO PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	8
2. RECOMENDAÇÕES DA UNECE PARA A MENSURAÇÃO DAS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DOMÉSTICAS E FAMÍLIAS	10
3. MUDANÇAS INTRODUZIDAS NO QUESTIONÁRIO DO CENSO 2010 À LUZ DAS RECOMENDAÇÕES DA UNECE	12
4. METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS A PARTIR DA BASE DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	18
4.1 <i>Resultados iniciais com a Amostra do Censo 2010</i>	22
5. PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO DOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR PARA A PRÓXIMA DÉCADA E O PAPEL DO SIPD	26
6. CONCLUSÕES	29
BIBLIOGRAFIA:	30
<i>ANEXO 1 – Passo-a-passo do algoritmo de Identificação de Famílias</i>	32
<i>ANEXO 2 – Comportamento do algoritmo em alguns arranjos domiciliares</i>	37

Apresentação

A proposta deste texto é de grande importância para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito das questões conceituais das pesquisas domiciliares do IBGE. O exame detalhado de como podem ser tratadas as relações de parentesco a partir das recomendações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas e dos Censos de países de grande tradição censitária, constitui um importante subsídio para as discussões que estão sendo levadas pelos especialistas da área de estatísticas de família e estudos sobre o papel da família no mundo contemporâneo. A metodologia de identificação de famílias no Censo 2010 é um avanço em termos de possibilidades de análise da temática a partir de dados censitários.

Luiz Antonio Oliveira
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Introdução¹

A emergência de novos tipos de arranjos familiares, fenômeno social que vem se acentuando nos últimos anos, possui origens diversas e se somam a algumas mudanças mais consolidadas, como o aumento do número de divórcios, recasamentos, quedas das taxas de fecundidade e crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

A maior complexidade das relações familiares implica diretamente na atualização das formas de investigação sobre os diferentes tipos de organização familiar que podem existir dentro de um domicílio e requer instrumentos cada vez mais sofisticados, capazes de captar as informações de forma acurada e o mais fidedignamente possível. As Nações Unidas, através da sua Comissão de Estatística e da Comissão Econômica para a Europa (*United Nations Economic Commission For Europe – UNECE*), vem buscando subsidiar os sistemas estatísticos nacionais nessa tarefa.

Em 2009, o documento intitulado *Measurement of Different Emerging Forms of Households and Families*, fruto de um trabalho conjunto dessas duas comissões, trata da harmonização e conceituação dos arranjos originados a partir das mudanças ocorridas nas formas de organização familiar, em particular, a identificação dos arranjos formados por famílias e casais reconstituídos; casais do mesmo sexo; pessoas que moram alternadamente em dois ou mais lares (do inglês *commuters between households*, pessoa que viaja diariamente entre a casa e o trabalho); casais que moram em casas separadas (*living apart together*); e pessoas com laços de parentesco que vivem em casas separadas mas que compartilham algum grau de solidariedade e auxílio (*living apart but within a network*).

O IBGE tem trabalhado no sentido de adequar seus instrumentos de coleta para captar algumas dessas mudanças. O questionário do Censo Demográfico 2010 abriu a possibilidade para a identificação de várias categorias de parentesco dos moradores dos domicílios em relação à pessoa responsável pelo mesmo, ampliando as opções de resposta e incluindo, por exemplo, a identificação de cônjuge ou companheiro (a) do mesmo sexo e a desagregação da categoria de filhos em três alternativas (filho do responsável e cônjuge, filho só do responsável e filho só do cônjuge) de forma a captar a formação de arranjos reconstituídos.

Ainda no planejamento do Censo 2010, alguns primeiros estudos sobre os motivos que levam à escolha do responsável pelo domicílio foram empreendidos. Embora tal investigação não tenha entrado na versão final do questionário do Censo, o tema foi retomado nas discussões acerca da formatação e desenho do novo Sistema Integrado de

¹ Os autores agradecem a Sonia Albieri pela leitura atenta.
Ana Lucia Sabóia, Socióloga, Gerência de Indicadores Sociais
Barbara Cobo, Economista, Gerência de Indicadores Sociais
Gilson G. Matos, Estatístico, Gerência de Indicadores Sociais

Pesquisas Domiciliares – SIPD, também do IBGE. O objetivo é assimilar algumas das mudanças introduzidas no questionário do Censo 2010 e aprofundar a investigação sobre o tema família de forma regular, a partir de um suplemento associado à proposta da PNAD Contínua. Nesse sentido, a análise das informações obtidas com as modificações propostas no questionário censitário terá contribuição decisiva para o debate interno e externo acerca dos desafios e possibilidades de investigação domiciliar sobre os novos arranjos familiares no Brasil, notadamente as famílias reconstituídas e as famílias com casais de mesmo sexo.

O presente texto visa, portanto, discutir algumas dessas mudanças nos arranjos familiares, à luz das recomendações internacionais da ONU, assim como relatar como tais mudanças vêm impactando na atualização e alteração das formas de investigação e análise do tema família no IBGE. Para tal, a primeira seção faz uma breve discussão sobre as mudanças nos arranjos familiares a partir de algumas tendências observadas. A segunda seção traz as recomendações internacionais nesta temática. A terceira seção mostra as mudanças na forma de investigação de famílias no Censo 2010 do IBGE. Na quarta, analisam-se os desdobramentos práticos dessas mudanças para análise do tema, em particular, a necessidade de desenvolvimento de um algoritmo de identificação de famílias a partir do novo quadro estendido de relações de parentesco e da decisão de não se identificar as famílias diretamente na operação de campo. Nesta, são apresentados os primeiros resultados preliminares dessa experiência. A última seção trata das novas perspectivas de análise das famílias no âmbito do SIPD a partir das discussões e mudanças do Censo 2010 e da necessidade de uniformização e harmonização dos conceitos entre as próprias pesquisas domiciliares do IBGE.

1. Mudanças no padrão de organização das famílias

De uma forma geral, as transformações vividas pelas famílias, em termos de estrutura, função social e significado são de importância fundamental para as políticas públicas. Nessa medida, estatísticas pertinentes e fidedignas sobre as estruturas familiares, a dinâmica e os padrões de suporte são cruciais para que investigadores e planejadores de políticas compreendam as mudanças e os impactos destas mudanças no cotidiano das famílias e indivíduos.

No caso brasileiro, várias mudanças foram registradas, sendo uma das mais importantes a redução do tamanho da família em função da queda rápida e intensa da fecundidade. Em 1980, a taxa de fecundidade total (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil) era de 4,4 filhos, baixando para a média de 1,94 filho por mulher, em 2009², e, portanto, abaixo da chamada taxa de reposição de dois filhos por mulher. Ressalta-se que em algumas Unidades da Federação, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, essas taxas são ainda mais baixas, situando-se um pouco acima de 1,60 filho por mulher (Síntese de Indicadores Sociais, 2010, p.28). Em geral, essa redução está associada a fatores como urbanização, participação crescente das mulheres no mercado de trabalho e disseminação de métodos contraceptivos. O aumento da escolaridade feminina, tendência observada nos últimos anos, também guarda estreita relação com reduções nas taxas de fecundidade: “mulheres com até 7 anos de estudo chegam a ter, em média, quase o dobro do número de

² Projeção de População por sexo e idade: 1980-2050; revisão 2008/ IBGE, Estudos e pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica, nº 24.

filhos das mulheres com 8 ou mais anos de estudo” (Síntese de Indicadores Sociais, 2010, p.30).

Outro aspecto a ser mencionado é a mudança nas relações de gênero, nos padrões de relacionamento entre homens e mulheres tanto na esfera pública quanto privada. Em relação ao casamento, por exemplo, as evidências mostram que cada vez mais este se torna menos central na vida das mulheres. Os dados do Registro Civil (IBGE) mostram que, no Brasil, os divórcios apresentam tendência contínua de crescimento nos últimos anos e que a nupcialidade tem sido postergada com o avanço sistemático da idade ao casar de ambos os sexos. Para se ter uma idéia, enquanto a taxa geral de nupcialidade legal³ teve um crescimento percentual de 9,8% entre 1998 e 2008, a taxa geral de divórcios⁴ cresceu 36,4% no mesmo período. Também nesse intervalo de dez anos, a idade média ao casar dos homens solteiros passou de 27 para 29 anos e das mulheres solteiras, de 23 para 26 anos.

Por outro lado, as chamadas famílias reconstituídas estão cada vez mais presentes em função desse aumento das taxas de separações e divórcios. Quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, eles formam casais que podem conviver com filhos de uniões passadas e com aqueles da união atual. Em 1998, 10,3% das uniões legais foram de recasamentos (casamentos onde pelo menos um dos cônjuges não era solteiro). Em 2008, essa proporção passou para 17,1%, um aumento de 66% em 10 anos. Ressalta-se que tais informações dizem respeito apenas aos casamentos legais e o percentual de recasamento pode ser ainda bem superior a 17,1% se considerarmos as uniões consensuais (aquelas sem registro em cartório) (Síntese de Indicadores Sociais, 2010, p.142).

As uniões entre homossexuais é fenômeno que já desfruta de reconhecimento legal em alguns países, embora estimativas oficiais sobre o assunto sejam ainda escassas. No Brasil, apenas em maio desse ano (2011) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo (relação ou união homoafetiva). Estimativas preliminares do Censo Demográfico 2010 apontam para a existência de cerca de 60 mil pessoas que se declararam cônjuges do mesmo sexo da pessoa responsável.

Nota-se também que o aumento da mobilidade espacial permite que os indivíduos, mesmo casados, vivam em casas diferentes. O desejo dos indivíduos em preservar sua independência, bem como a instabilidade das uniões e as expectativas de vida mais longas, têm incentivado novas formas de gerir parcerias, como a de viver conjugalmente, mas em domicílios diferentes, compartilhando vários aspectos da vida conjugal. Tal situação, em termos de pesquisa domiciliar, é extremamente difícil, na medida em que se desvia da sua unidade de referência representada pelo domicílio.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/PNAD fornece algumas informações que permitem fazer apenas uma tipologia muito geral do padrão de organização das famílias. Em 1999, quase 60% dos arranjos familiares eram constituídos por casal com filhos, enquanto em 2009 esse percentual cai para 47,3%. Nesse caso, não é possível diferenciar casamentos de recasamentos, já que o questionário da PNAD para esses anos não permite

³ Número de casamentos legais por 1000 habitantes em determinado ano (não inclui uniões consensuais).

⁴ Número de divórcios por 1000 habitantes em determinado ano. Foram considerados divórcios e separações concedidos sem recurso e aqueles realizados nos Tabelionatos de pessoas de 20 anos ou mais de idade na data da abertura do processo e a população da mesma faixa etária. Contribui para a elevação do número de divórcios em relação ao de separações no período a maior aceitação do divórcio na sociedade brasileira, a ampliação do acesso aos serviços de justiça referentes ao tema e a possibilidade recente de realizar os divórcios nos Tabelionatos (IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2008)

esse tipo de análise. A redução da proporção das famílias constituídas por casal sem filho ocorre em função da queda da fecundidade total mencionada anteriormente, do envelhecimento da população (casais de idosos com filhos adultos), adiamento da decisão de ter filhos por parte das mulheres (*postponement*)⁵ que preferem se consolidar no mercado de trabalho antes da maternidade, ou mesmo pelos casais que decidem não ter filhos (os arranjos conhecidos como DINC – *Double Income, No Children* ou DINK - *Double Income, No Kids*)⁶. Por sua vez, as famílias monoparentais femininas, nas quais a mulher é a pessoa de referência da família e vive com filhos sem a presença de cônjuge, também apresentam tendência constante de crescimento ao longo dos anos, representando cerca de 18% do total de arranjos familiares com parentesco no Brasil.

Por fim, é importante registrar que o fenômeno das pessoas que vivem sozinhas vem se mostrando cada vez mais presente na sociedade brasileira. Tanto os dados das PNAD como os dados censitários apontam essa tendência. Entre 1991 e 2000, esse tipo de arranjo foi o que apresentou maior crescimento (32,5%), passando de 6,5% para 8,6% (IBGE, Censo Demográfico 2000). Segundo do universo do Censo Demográfico 2010, o total de domicílios com único morador já chega a quase 7 milhões ou 12,2% do total de domicílios particulares permanentes. Tais mudanças são resultado de um conjunto de fatores entre os quais se destacam o aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres; o crescimento das separações conjugais; e o intenso processo de urbanização que proporciona alternativas mais propícias a este tipo de arranjo. Morar sozinho não quer dizer que a pessoa viva inteiramente só, sem laços de parentesco ou de redes de sociabilidade. Para melhor entendimento do fenômeno é importante investigar se essas pessoas que moram sozinhas se sentem próximas de outras, o número de parentes e amigos, frequência de contatos, se recebem auxílios, visitas, se participam de centros de convivência ou se estão inseridas nas redes sociais, entre outros aspectos. As pesquisas domiciliares do IBGE ainda não contam com este tipo de investigação suplementar sobre as redes de sociabilidade e solidariedade nas quais as pessoas se encontram inseridas.

2. Recomendações da UNECE⁷ para a mensuração das novas formas de organização das unidades domésticas e famílias

As estatísticas sobre famílias e domicílios foram um dos temas emergentes na discussão sobre estatísticas sociais no contexto da Conferência dos Estatísticos Europeus/CES e da Reunião de Diretores de Estatísticas Sociais da UNECE-Eurostat-OECD, em 2006. Foi constituída uma *força tarefa* para enfrentar o desafio de definir conceitos relacionados a políticas públicas que pudessem incluir as novas formas de famílias e unidades domésticas, as questões relacionadas ao *background* familiar; desenvolver uma estrutura de análise sob as quais diferentes formas de unidades domésticas⁸ e famílias pudessem ser mensuradas, e,

⁵ Para mais detalhes sobre essa discussão ver os trabalhos de Frejka & Sobotka (2008), Bongaarts (2008), Lesthaeghe (2008), Badinter(1985) e recente reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Crianças já ficam de fora dos planos de 14% das mulheres” (Genestreti e Vines, ed.10/05/2011, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/913475-criancas-ja-ficam-de-fora-dos-planos-de-14-das-mulheres.shtml>).

⁶ Mais detalhes ver Barros, Alves e Cavenaghi (2008).

⁷ United Nations Economic Commission For Europe.

⁸ Unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja a constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para

por último, avaliar a viabilidade da aplicação dos conceitos de utilização dos dados nos *surveys* da UNECE, tendo em conta os resultados dos testes.

Na Conferência dos Estatísticos Europeus de setembro de 2009, a questão da mensuração das novas formas de arranjos familiares foi debatida a partir da nota preparada por esta *força tarefa*⁹. Na 41ª Sessão da Comissão de Estatística de 24 a 26 de fevereiro de 2010, houve consenso dos países sobre a importância do tema e foram feitas sugestões de acréscimos e de poucas reformulações na proposta apresentada. A versão final passou por uma rodada de consultas aos países membros, sendo aprovada como manual na reunião da CES de outubro de 2010.

Fornecer conceitos padronizados e construir medidas exige o desenvolvimento de um quadro analítico de suporte teórico robusto. Antes de fazer perguntas adicionais para recolher informações sobre as formas emergentes de arranjos familiares, membros do grupo familiar precisam ser identificados. Nesse sentido, uma série de conceitos é utilizada nas pesquisas domiciliares: i) a co-residência (para aqueles que vivem na mesma unidade de habitação), ii) compartilhamento de despesas, incluindo fornecimento conjunto de aspectos essenciais da vida; iii) repartição do rendimento e recursos; iv) a existência de laços familiares e emocionais. A forma como esses critérios são empregados varia de país para país. Em alguns casos, apenas um dos critérios é utilizado para identificar as famílias, enquanto em outros, utiliza-se uma combinação desses critérios.

As propostas para a mensuração dos arranjos familiares são baseadas na experiência consolidada de países que já enfrentaram (ou estão ainda enfrentando) o desafio de coletar informações sobre as novas formas de organização das famílias. As informações necessárias ao exame dos modelos de famílias emergentes não estão facilmente disponíveis em registos administrativos. Para determinados aspectos, como o *Living Apart Together/LAT* (casais que moram em casas separadas), levantamentos por amostragem representam o instrumento mais viável para recolher as informações necessárias.

Por outro lado, algumas características sobre as famílias reconstituídas e casais podem estar disponíveis através de dados administrativos, se a informação sobre o histórico da parceria e da paternidade são coletados. Da mesma forma, se a parceria do mesmo sexo está legalmente reconhecida e registrada, algumas medidas sobre este acordo podem estar disponíveis em registros. No entanto, informações adicionais podem ser necessárias para compreender a heterogeneidade que caracteriza cada nova definição de família e de lar, e, o instrumento mais adequado para tal investigação ainda é a pesquisa domiciliar.

ela mesma alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal.

⁹ Measurement of Different Emerging Forms of Households and Families: Note prepared by the Task Force on Families and Households, ECE/CES/BUR/2009/OCT/10/Add.1, Economic Commission for Europe, 29 September 2009.

3. Mudanças introduzidas no questionário do Censo 2010 à luz das recomendações da UNECE

Levantamento realizado por Ribeiro e Saboia (2008) sobre os conceitos de família nas pesquisas domiciliares do IBGE serviu de base para as reformulações de alguns conceitos até então utilizados, especialmente em relação ao Censo 2000. Tais propostas foram apresentadas ao Comitê do Censo Demográfico 2010 da Diretoria de Pesquisas¹⁰ (Quadro 1).

Quadro 1
Categorias de identificação da posição das pessoas no domicílio e na família nos Censos Demográficos - 1970/2010

Censos Demográficos					
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
CATEGORIAS	chefe	chefe	chefe	pessoa responsável	01 - pessoa responsável
	cônjuge	cônjuge	cônjuge	cônjuge/companheiro	02 - cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente 03 - cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo
	filho/enteado	filho/enteado	filho enteado	filho/enteado	04 - filho(a) do responsável ou do cônjuge 05 - filho(a) somente do responsável 06 - enteado(a)
	pais ou sogros	pais ou sogros	pais sogros	pais e sogros	08 - pai ou mãe 09 - sogro(a)
	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	10 - neto(a) 11 - bisneto(a)
		irmão/cunhado	irmão	irmão	12 - irmão ou irmã
	genro/nora	genro/nora	genro/nora	outro parente	07 - genro ou nora
	outro parente	outro parente	avô/bisavô	outro parente	13 - avô ou avó
	outro parente	outro parente	cunhado	outro parente	14 - outro parente
	outro parente	outro parente	outro parente	outro parente	14 - outro parente
	agregado	agregado	agregado	agregado	15 - agregado(a)
	pensionista	pensionista	pensionista	pensionista	17 - pensionista
	emp. dom.	emp. dom.	emp. dom.	emp. domést.	18 - empregado(a) doméstico(a)
	parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	19 - parente do(a) empregado(a) doméstico(a)
	hóspede	hóspede			16 - convivente
	Total	12	13	16	11

Fonte: Ribeiro e Saboia (2008), quadro revisto em 2011.

O aumento das categorias de parentesco apresenta inúmeras vantagens. A desagregação da categoria de filhos em três alternativas permitirá observar o fenômeno das famílias reconstituídas que vem crescendo em função do aumento dos divórcios e recasamentos, conforme visto anteriormente. A desagregação da categoria pais/sogros em duas, como proposto, possibilitará, por outro lado, saber se o parentesco com a pessoa responsável ou de referência se dá por consanguinidade ou afinidade. Essa informação representa um avanço no conhecimento da formação das unidades domésticas e das famílias estendidas e compostas. Por último, a desagregação neto/bisneto permitirá captar a convivência de pelo menos três gerações em uma mesma unidade doméstica e ou família. Essa é uma

¹⁰ O Comitê tem como finalidade básica propor, apreciar e decidir todas as questões relacionadas ao Censo Demográfico do ano 2000, de competência da Diretoria de Pesquisas. Com uma coordenação voltada integralmente para suas atividades, o Comitê tem como membros permanentes, que participam de reuniões periódicas, o Diretor e o Diretor Adjunto, os chefes das áreas de População, de Emprego e Rendimento, de Metodologia e da Coordenação Técnica do Censo, e ainda técnicos especialistas da Diretoria de Pesquisas nas áreas demográfica, socioeconômica e de informática. Eventualmente, representantes e técnicos de outras Diretorias do IBGE são convidados a participar de alguma atividade específica.

informação de extremo interesse uma vez que a literatura tem apontado para a importância crescente das pessoas idosas na posição de responsáveis por suas unidades domésticas e ou famílias. Por fim, a desagregação por sexo do cônjuge ou companheiro com a opção de sexo diferente e mesmo sexo permitirá a quantificação dos domicílios com parcerias ou casais do mesmo sexo.

No Censo 2000, o procedimento de identificação e enumeração era feito na operação de campo, que enumerava os núcleos familiares dentro do domicílio, as chamadas “famílias conviventes”, quando mais de um núcleo era identificado. Tal procedimento apresentava sérias dificuldades operacionais. Chamamos atenção para dois aspectos: o treinamento e a coleta de dados. No senso comum das pessoas, a idéia de família guarda distinções com o conceito aplicado pelo IBGE. Assim, por exemplo, se um casal reside com um filho que também é casado, a tendência é de que as pessoas se considerem como componentes de uma só família, ao passo que para o Censo Demográfico 2000, seriam duas famílias. Explicar aos entrevistadores e aos entrevistados todas as possibilidades de composição familiar demanda muito tempo de treinamento e não é de simples aplicação em campo.

Outro aspecto é quanto à crítica dos dados. Não obstante se disponha de softwares sofisticados (que trabalham com distribuição estatística de probabilidade) para crítica e imputação dos dados com erros provenientes da coleta, as regras de imputação são estendidas e complexas e, nem sempre, podem garantir que a correção preserva, efetivamente, a composição das famílias que deveria ter sido produzida pelo recenseador.

A decisão do Comitê do Censo Demográfico 2010 da Diretoria de Pesquisas de retirar o procedimento de estabelecer no campo a identificação de famílias conviventes baseou-se não só nas dificuldades operacionais reportadas acima, como também em evidências empíricas trazidas pela PNADs da década passada. Tais evidências mostram que tais domicílios com mais de um núcleo familiar eram, na realidade, constituídos de famílias estendidas: em cerca de 98% dos casos a pessoa de referência pela família convivente era parente da pessoa de referência no domicílio, sendo 72% filhos da pessoa de referência do domicílio (PNAD 2008). Destaca-se ainda que, em 2008, para cerca de 39% dos casos o motivo alegado para a convivência familiar entre os núcleos foi “vontade própria”, o que, mais uma vez, evidencia que, na maior parte dos casos, tais domicílios são, de fato, apenas um grupo familiar extenso.

Elisabete Bilac (NEPO/UNICAMP), estudiosa das questões concernentes à família e nupcialidade, expôs no último Congresso da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP (setembro de 2010) considerações interessantes sobre as alterações introduzidas no Censo 2010. Segundo ela, a retirada da questão “relação com o responsável pela família” (a partir da não identificação das famílias na operação de campo) se justifica pela própria ambiguidade do termo “família” e a constatação de que a grande maioria das famílias secundárias é composta por parentes da família principal, ratificando o exposto anteriormente (*“Famílias conviventes de parentes constituem um tipo particular de família ampliada baseada na ocorrência de mais de um núcleo de reprodução”*). Segundo a autora, pesa ainda a favor desta exclusão o fato de os domicílios com famílias conviventes representarem apenas pouco mais de 6% do universo de domicílios recenseados. Entretanto, Bilac afirma que *“reconhecer o equívoco conceitual não quer dizer abrir mão da contagem dos núcleos de reprodução existentes no domicílio”*.

De fato, a intenção por trás da proposta da não identificação das famílias no campo nunca foi abandonar o conceito, mas retomá-lo através de procedimentos, a ampliação das categorias de relações de parentesco e questões auxiliares adicionais. Nesse sentido, o Comitê do Censo Demográfico 2010 da Diretoria de Pesquisas acrescentou um pequeno bloco de perguntas (Quadros 2 e 3) de forma a permitir recuperar grande parte das informações em relação a formação de mais de um núcleo familiar dentro do domicílio. A investigação sobre a existência e moradia da mãe de todos os moradores do domicílio identifica os núcleos familiares, a não ser nos casos da mãe não residir no mesmo domicílio. A metodologia para identificação indireta e conceituação de famílias a partir de processamentos, assim como as limitações, desafios e possíveis perdas com a adoção desta estratégia serão analisadas na seção seguinte.

Quadro 2 Investigação sobre existência e moradia da mãe no questionário da amostra do Censo Demográfico 2010

<p>6.04 - TEM MÃE VIVA?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.05)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE</p>	<p>6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR</p> <p><input type="text"/> sigla 6.06</p> <p style="color: red; font-size: small;">(Abrir Combo com a Lista de Moradores para identificar a mãe da pessoa) (No sistema, deverá ser gravado o nº de ordem da pessoa ASSINALADA)</p>
---	--

(Passe 6.06)

Quadro 3 Investigação sobre responsabilidade domiciliar no questionário básico do Censo Demográfico 2010

PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES	
<p>4.02 - A RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO É DE:</p> <p style="font-size: x-small;">(Pessoa Responsável pelo domicílio é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - APENAS UM MORADOR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - MAIS DE UM MORADOR</p>	<p style="text-align: right; font-size: x-small;">sigla 5.01</p>

Alguns estudos na área de habitação e planejamento urbanos utilizam o número de famílias conviventes como indicador de déficit habitacional. Todavia, Nahas (2006)¹¹, em trabalho apresentado na CONFEST¹², exclui as famílias conviventes da sua metodologia de dimensionamento de necessidades habitacionais (déficit e inadequação), elaborada para Fundação SEADE e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), empresa pública responsável pela política de habitacional no Estado de São Paulo. A decisão por essa exclusão fundamentou-se no pressuposto de que a carência que leva duas ou mais famílias residirem em um mesmo domicílio não decorre da falta de moradias; ao contrário, pode

¹¹ Ver mais detalhes em Nahas, Sonia "Anotações sobre o conceito de família e sua operacionalização em pesquisas domiciliares" Trabalho apresentado na Mesa Redon "Novos padrões de organização familiar e alternativas de investigação em pesquisas domiciliares", II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – V CONFEST, agosto de 2006.

¹² II Encontro Nacional De Produtores E Usuários De Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – V CONFEST, agosto de 2006. A conferência teve como objetivo avaliar os processos de produção, disseminação e de utilização de informações de natureza estatística e geográfica, visando revisar e aperfeiçoar o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

associar-se a outros fatores, como a falta de equipamentos coletivos e, no limite, falta de renda. Além disso, constatou-se que número de domicílios com famílias conviventes estimados pela Pesquisa de Condições de Vida da Fundação SEADE era menor que os observados no Censo Demográfico e nas PNADs. Outra constatação evidenciada pelos dados desta pesquisa é a predominância dos moradores das “famílias conviventes” nas posições de chefe, cônjuge, filho ou enteado, em proporção que supera os 90%. Assim, consoante com os fundamentos da decisão tomada pelo Comitê do Censo Demográfico 2010 da Diretoria de Pesquisas, o estudo citado considerou os arranjos plurifamiliares como famílias ampliadas.

Outra pergunta nova no Censo 2010 é sobre o número de responsáveis no domicílio com duas opções: apenas um morador e mais de um morador. Mesmo que os moradores reconheçam que haja mais de um responsável, é solicitado que eles elejam um deles para formar o conjunto de pessoas no domicílio e a relação de parentesco com o responsável indicado. O conceito de responsável pelo domicílio ainda é o mesmo do Censo 2000: *pessoa responsável é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores*. Acredita-se que esta informação possa ser utilizada como uma *proxy* do fenômeno da responsabilidade compartilhada, porém ainda com reservas, uma vez que, não são estabelecidos critérios pré-definidos para designação da pessoa de referência ou responsável ou em quais esferas se dá esse compartilhamento. Houve uma tentativa nos testes pilotos do Censo 2010 de se levantar quais motivos levam os moradores a designar a responsabilidade pelo domicílio, porém, os resultados mostraram a necessidade de reformulação de algumas opções. A Comissão Consultiva do Censo 2010¹³ recomendou a retirada deste bloco, porque na visão dos conselheiros tal indagação não era apropriada para um censo de população e sugeriram investigação posterior nas pesquisas amostrais da instituição.

Por fim, a investigação das questões de nupcialidade no Censo 2010 fornecerá um perfil razoável do estado conjugal e civil da sociedade brasileira (Quadro 4). Por outro lado, esse perfil terá sempre como referência apenas a última união. Para se ter um quadro mais completo, o ideal seria investigar todo o histórico dos casamentos dos cônjuges. Porém, esse tipo de investigação é bastante complexo e exige a implementação de um número muito maior de perguntas.

¹³ A Comissão Consultiva do Censo 2010 é composta por 12 membros, selecionados pelo IBGE em função de seu notório saber ou de sua atuação nos temas, métodos e técnicas que estão sendo discutidos para a operação censitária. Ao grupo compete fornecer subsídios e assessorar o IBGE na definição do conteúdo dos questionários, no uso da amostragem e na definição de métodos de apuração dos dados, entre outros itens.

- iii. Número e Proporção de crianças vivendo em famílias com casais reconstituídos;
- iv. Número e Proporção de famílias com casais reconstituídos, por natureza de união (casado legalmente e união consensual);
- v. Número e Proporção de pessoas vivendo em famílias com casais reconstituídos, por tipo de união (casado legalmente e união consensual);
- vi. Número e Proporção de famílias com casais reconstituídos, pela natureza da primeira união e status matrimonial corrente; e
- vii. Número e Proporção de famílias com casais reconstituídos, pela presença de filhos nascidos em uniões anteriores de um único membro do casal ou de ambos e filhos comuns.

Além dos indicadores essenciais propostos, sugerimos à UNECE acrescentar os seguintes indicadores:

- viii. Número e percentual das “famílias reconstituídas” por idade das crianças;
- ix. Número e percentual das famílias reconstituídas por tipo de arranjo familiar: casais com filhos únicos e casais com filhos e outros parentes, mulher com filhos, mulher com crianças e outros familiares.

Em relação aos "casais reconstituídos", o Censo 2010, através do bloco de perguntas sobre o casamento, será capaz de obter informações sobre a atual união e da união anterior de todas as pessoas de 10 anos e acima. Sugerimos também a inclusão do seguinte indicador:

- x. Número e percentagem de casais reconstituídos por cor/raça e grupos de idade dos cônjuges ou parceiros.

A pergunta sobre a relação de cada membro da família responsável pelo domicílio pode também identificar onde existem arranjos casais do mesmo sexo, quando um dos componentes do casal for escolhido como a pessoa de referência. No caso da escolha recair sobre um outro membro da família, essas informações não estarão disponíveis. Além dos indicadores principais, sugerimos ainda acrescentar:

- xi. Número e percentagem de todos os casais do mesmo sexo, por raça/cor e grupos de idade dos cônjuges ou parceiros.

Os tipos de arranjos familiares, viver sozinho, mas inserido em uma rede, ou casal vivendo em domicílio diferentes (LAT) não são passíveis de investigação pelos dados levantados no Censo 2010.

4. Metodologia de identificação de famílias a partir da base de dados do Censo Demográfico 2010: limites e possibilidades¹⁴

Para Bilac (2010), a forma de investigação das relações de parentesco adotada no questionário do Censo 2010, em combinação com as perguntas auxiliares de existência de mãe viva no domicílio e identificação de cônjuge, permitirá enumerar a maior parte dos núcleos familiares no domicílio. As perdas se concentram no caso da paternidade solteira, quando esta integra a família ampliada de modo subordinado. Isto é, quando coexistem, no mesmo domicílio, o núcleo formado pela família principal (casal formado por responsável e cônjuge, por exemplo) e um secundário, formado pelo filho homem com um filho (aos quais se atribuem as relações de filho e neto, respectivamente). Como, neste caso, só se pergunta se a mãe é viva e mora no domicílio, não é possível saber se esse neto é filho ou não do filho ainda residente ou de algum filho não residente.

Não obstante a mudança de metodologia implique na quebra da série histórica de famílias existente desde o Censo de 1980, os demais casos, a princípio, podem ser recuperados, identificados e enumerados a partir das relações de parentesco dos indivíduos com os respectivos responsáveis pelos domicílios em combinação aos quesitos de maternidade e nupcialidade presentes no Censo 2010. Para tal, foi elaborado um algoritmo para a identificação dos núcleos familiares de forma derivada e determinística. Esse algoritmo buscou alinhar-se aos conceitos de família apresentados no documento *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses Revision 2*, publicado pela ONU em 2008, nos quais uma família é formada por dois ou mais membros com relação de consanguinidade ou por adoção entre eles. As variáveis utilizadas foram, na ordem em que aparecem no questionário da amostra do Censo 2010:

- n Variável 5.03 = Número de ordem do indivíduo (ordem lógica);
- n Variável 5.02 = Relação de parentesco com o responsável;
- n Variável 6.01 = Sexo;
- n Variável 6.04 = Presença de mãe no domicílio;
- n Variável 6.06 = Número de ordem da mãe, quando aplicável (se esta morar no domicílio);
- n Variável 6.37 = Presença de cônjuge no domicílio;
- n Variável 6.38 = Número de ordem do cônjuge, quando aplicável (só para as mulheres que declaram viver em companhia de cônjuge);

A lógica inicial do algoritmo, programado em SAS (via *procedures sql, iml e data steps*), baseou-se na busca por núcleos de reprodução, sempre que possível. Buscou-se esgotar as possibilidades de pertinência de cada indivíduo, inicialmente a partir da “presença de cônjuge no domicílio”, sendo que em caso afirmativo, o indivíduo, bem como seu respectivo cônjuge, seriam alocados a uma nova família. O indivíduo do sexo masculino sem cônjuge no

¹⁴ Colaboraram Sonia Albieri, Ari Silva, Luiz Carlos Oliveira, Terezinha Coutinho e Luciano Tavares.

domicílio foi alocado, inicialmente, diretamente à família principal, ou à família da mãe, quando o mesmo “possuía mãe viva no domicílio”. Já para os do sexo feminino, fez-se inicialmente uma busca por filhos. Na presença de filhos, o indivíduo seria alocado a uma nova família, e na ausência, o tratamento seria semelhante ao dado aos indivíduos do sexo masculino.

A construção desse primeiro algoritmo partiu da construção de uma matriz representativa de cada domicílio, com 11 colunas, sendo as três últimas inicializadas com valor zero:

- n 1º – Identificador do domicílio (ID);
- n 2º – Ordem Lógica (v0504);
- n 3º – Relação de Parentesco com o responsável (v0502);
- n 4º – Sexo (v0601);
- n 5º – Indicadora de cônjuge no domicílio (v0637);
- n 6º – Número de ordem do cônjuge, quando aplicável (v0638);
- n 7º – Indicadora de mãe viva no domicílio (v0604);
- n 8º – Número de ordem da mãe, quando aplicável (v0605);
- n 9º – Família (Fam);
- n 10º – Indicador da família principal (Famp);
- n 11º – Indicador de filho(a) solteiro(a), quando aplicável (Filho).

Figura 1

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAM	FAM_P	FILHO
1	1	1	1	1	.	0	.	0	0	0
1	2	2	2	1	.	0	.	0	0	0
1	3	4	2	1	4	1	2	0	0	0
1	4	7	1	1	.	0	.	0	0	0

Um exemplo de matriz para um domicílio “1” está na Figura 1. Pela leitura de suas variáveis depreende-se que este é formado por 4 pessoas: responsável, cônjuge, filha (do responsável e do cônjuge) e genro. São, portanto, dois casais com laços de parentesco entre si, situação corroborada pelo fato de todos responderem viver em companhia de cônjuge e a filha indicar a pessoa 4 como cônjuge e a pessoa 2 como mãe. Ao iniciar o algoritmo, ainda não há a identificação das famílias a partir dos núcleos, apenas uma primeira leitura das variáveis. Após o processamento, a coluna 9 com o indicador de Família, passa a apresentar valor igual a 1 para as duas primeiras pessoas e valor igual a 3 (O mesmo número da ordem lógica da filha do responsável) para as pessoas 3 e 4, indicando haver duas famílias conviventes neste domicílio, ambas formadas por casais sem filhos e sem outros parentes, sendo a família principal aquela que contém o responsável pelo domicílio. Em uma etapa posterior os números das famílias são transformados, formando uma sequência de 1 a n, onde n é o número de famílias no domicílio.

Entretanto, os primeiros processamentos evidenciaram que o algoritmo se comportava erroneamente frente a algumas inconsistências entre os registros de um mesmo domicílio. Isso ocorria principalmente porque a variável referente ao número de ordem da mãe não passou por nenhum processo de crítica (sendo aceita conforme sua entrada na base de dados no campo). Um exemplo comum de inconsistência nesse sentido se dá quando uma pessoa com relação de parentesco com o responsável igual a "10" (neto) afirma possuir mãe viva no domicílio, porém o número de ordem da mãe do indivíduo é referente ao responsável ou ao cônjuge do responsável.

Assim, embora o algoritmo não se proponha à correção/imputação de registros, este precisou incorporar alguns mecanismos de identificação e tratamento dos casos de inconsistências encontrados, separando-os dos demais.

Para pessoas com relação de parentesco na condição de agregado, convivente, pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico houve um tratamento diferenciado em relação à identificação. Como estas pessoas são, em geral, dadas suas peculiaridades, excluídas das análises sobre a dinâmica familiar (não há laços de parentesco ou adoção), optou-se por também separá-las inicialmente de forma a não interferir na identificação e enumeração das famílias. Por exemplo, se um domicílio é constituído por responsável, filha, genro e agregado, se este último é considerado "membro" da família, o resultado seria uma família principal formada por responsável e agregado e outra formada pelo casal (filha e genro), o que analiticamente não faz sentido. A solução foi isolá-los da análise inicial e depois de identificada e enumerada as famílias pelos critérios selecionados, incorporá-los novamente ao domicílio de origem: se a pessoa não tem filho ou cônjuge, é alocado à família principal; se possui alguma família residente (exemplo empregada doméstica com filho e/ou cônjuge), esta é enumerada como mais uma família no domicílio. De toda forma, é um universo muito pequeno de pessoas que perfazem cerca de 0,9% do total de pessoas.

Por conseguinte, foram introduzidas duas novas colunas ao final da matriz da Figura 1, referentes, respectivamente, à identificação de domicílio com inconsistência entre os registros e ao total de pessoas com relação de parentesco com o responsável superior a 14. Uma última coluna foi ainda introduzida com vistas a otimizar o processamento das informações, que passou a fazer a varredura dos dados por distritos, ao invés de toda base de dados como era feita até então:

ⁿ 12º - Indicador de erro de registro no domicílio;

ⁿ 13º - Quantidade de pessoas com relação de parentesco com o responsável maior ou igual a 14 no domicílio;

ⁿ 14º - Identificação do distrito no qual está contido o domicílio.

As situações de inconsistências consideradas a partir do registro da ordem lógica da mãe e da ordem lógica do cônjuge estão descritas no Quadro 5. Dado que as variáveis de nupcialidade passaram por crítica, as inconsistências em relação ao número de ordem do cônjuge observadas em estudos preliminares foram residuais.

Somente depois de realizada essa “crítica” do banco de dados nas variáveis explicitadas, o algoritmo para a identificação de famílias conviventes deveria ser executado, ou seja, este seria aplicado apenas nos domicílios onde não houve nenhuma inconsistência detectada.

Contudo, depois de realizada esta etapa de “crítica”, verificou-se que o número médio de pessoas nos domicílios com algum tipo de inconsistência era muito superior ao número de pessoas em domicílios sem nenhuma inconsistência, sobretudo na região Norte. Outro aspecto negativo era que apenas um indivíduo com inconsistência era suficiente para que a identificação de famílias não fosse realizada no domicílio, e além do mais, em algumas Unidades da Federação o número de domicílios com alguma inconsistência era muito alto. Dessa forma, poderíamos subestimar o número de famílias conviventes.

Como alternativa a este problema, para os indivíduos que apresentavam inconsistência entre sua relação de parentesco e a relação de parentesco de sua mãe, desconsiderou-se que este possuía mãe viva no domicílio, e não se assinalou inconsistência ao respectivo indivíduo, e conseqüentemente ao domicílio, por esse motivo. A inconsistência mencionada é chama atenção, sendo as demais residuais.

Cabe ressaltar que durante a execução do algoritmo de identificação, sempre que uma nova família é criada, a mesma passa a ter como *label* a ordem lógica do indivíduo que a está criando, sendo que para um casal, a ordem lógica da mulher será o *label* da família à qual este pertence. No caso de filhos que não constituem uma nova família, o número da família será determinado pela família da mãe.

Já a expressão “definir contador como 1” é utilizada para indicar que o respectivo membro pertence à família 1 (Família principal), e a opção “definir contador como 0” serve para retirar a alocação do respectivo indivíduo à família principal. Todavia, a determinação da família de um indivíduo é, por vezes, condicionada ao número de pessoas na família ¹⁵. Daí a importância da 10ª coluna da matriz de entrada para o bom funcionamento do algoritmo.

Essa breve descrição acerca do funcionamento do algoritmo de identificação não esgota todos os casos, visto que para as diferentes relações de parentesco do membro do domicílio com o responsável há diferentes formas de se determinar a qual família o indivíduo pertence. As distintas formas de alocação estão definidas detalhadamente no Anexo 1. Ao final do processamento, o número de famílias em um domicílio irá de 1 a n , onde 1 será sempre a família principal e n identificará a n -ésima família convivente identificada no domicílio.

¹⁵ Para configurar uma família, esta deve ter no mínimo dois membros e, portanto, a existência de famílias conviventes exige a existência de, no mínimo, quatro pessoas no domicílio. Assim, o arranjo formado por pessoa responsável que vive com a filha e a neta em um domicílio, embora haja dois núcleos de reprodução, é identificado como uma única família.

Quadro 5: Situações de inconsistências nos quesitos de maternidade e nupcialidade

1 Se o indivíduo possui mãe viva no domicílio:
1.1 Ordem lógica da mãe inexistente.
1.2 Ordem lógica da mãe do indivíduo como sua própria ordem lógica.
1.3 Ordem lógica da mãe maior que o número de moradores no domicílio.
1.4 Mãe do sexo masculino.
1.5 Análise de inconsistências por relação de parentesco com o responsável.
1.5.1 Responsável: relação de parentesco com o responsável da mãe diferente de mãe.
1.5.2 Cônjuge ou companheiro do responsável, seja de sexos diferentes ou mesmo sexo: mãe diferente de sogra do responsável.
1.5.3 Filho do responsável e do cônjuge: mãe diferente de responsável ou cônjuge/companheiro do responsável.
1.5.4 Filho somente do responsável: mãe diferente de responsável.
1.5.5 Enteado: mãe diferente de cônjuge do responsável, seja de sexo diferente ou de mesmo sexo.
1.5.6 Genro ou nora: mãe diferente de outro parente.
1.5.7 Pai, mãe, padrasto ou madrasta: mãe diferente de avó ou outro parente.
1.5.8 Neto: mãe diferente de filho do responsável e cônjuge, filho apenas do responsável, enteado ou nora.
1.5.9 Bisneto: mãe diferente de neto ou outro parente do responsável.
1.5.10 Irmão ou irmã: mãe diferente de mãe ou madrasta do responsável ou outro parente.
1.5.11 Avô ou avó: mãe diferente de outro parente.
1.5.12 Outro parente: mãe diferente de enteado, nora, madrasta, sogra, bisneto, irmã, avó ou outro parente.
1.5.13 Agregado: mãe diferente de agregado.
2 Se o indivíduo vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), e indivíduo é do sexo feminino:
2.1 Ordem lógica do cônjuge inexistente, e a relação de parentesco é diferente de responsável, cônjuge ou companheiro(a) de mesmo sexo ou sexo diferente.
2.2 Ordem lógica do cônjuge do indivíduo como sua própria ordem lógica.
2.3 Ordem lógica do cônjuge maior que o número de moradores no domicílio.
3. Aos domicílios que possuem uma inconsistência ou mais, assinalar inconsistência a todos os moradores. O algoritmo de identificação de famílias não será executado em domicílios com inconsistência nos dados.

4.1 Resultados iniciais com a Amostra do Censo 2010

Os algoritmos anteriormente descritos (crítica e identificação) foram aplicados na base preliminar da amostra do Censo Demográfico 2010 em todas as Unidades da Federação. Esta base foi gerada em 20 de outubro de 2011, e o peso provisório por ora utilizado foi extraído da base gerada em 3 de novembro de 2011 (peso preliminar).

Inicialmente aplicou-se à base o algoritmo de crítica dos dados para verificar em quais domicílios poderia ser realizada a identificação das famílias. Os resultados para as Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste podem ser vistos na tabela 1, bem como a

média de moradores para domicílios com e sem inconsistências detectadas pelo algoritmo de crítica.

Tabela 1: Análise das Inconsistências detectadas pelo algoritmo de crítica de registros para as Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste

Unidades da Federação	Total de Domicílios	Domicílios sem inconsistência		Domicílios com inconsistência(s)	
		Percentual	Média de Moradores	Percentual	Média de Moradores
Rondônia	460144	98,8	3,4	1,2	5,7
Acre	191131	98,1	3,8	1,9	6,1
Amazonas	801440	97,1	4,3	2,9	7,3
Roraima	116279	97,7	3,8	2,3	6,8
Pará	1865906	97,9	4,0	2,1	6,8
Amapá	156783	97,2	4,2	2,8	6,8
Tocantins	399426	98,8	3,4	1,2	5,9
Mato Grosso do Sul	763460	99,2	3,2	0,8	5,4
Mato Grosso	918223	98,9	3,3	1,1	5,9
Goiás	1891748	99,0	3,1	1,0	5,3
Distrito Federal	774719	98,7	3,3	1,3	5,8

Fonte: IBGE, Censo 2010 (Resultados Preliminares da Amostra)

O número estimado de domicílios com alguma inconsistência nas Unidades da Federação da tabela 1 foi 129.067, correspondendo a 1,5% do total de domicílios. Embora esse percentual seja pequeno, o número de moradores nos domicílios com alguma inconsistência é cerca de 1,7 vezes maior que nos domicílios sem inconsistências para as Unidades da Federação por ora consideradas. Com a hipótese de que à medida que se aumenta o número de moradores em um domicílio, maior a chance de se observar uma família convivente no domicílio, este resultado poderia distorcer a análise.

Após desconsiderar a informação sobre mãe viva dos indivíduos que apresentavam inconsistência entre sua relação de parentesco e a relação de parentesco da pessoa assinalada como mãe, o número de domicílios com alguma inconsistência em todo o conjunto de dados analisado foi 143, quantidade essa desprezível do ponto de vista analítico. Esses domicílios foram excluídos das análises posteriores.

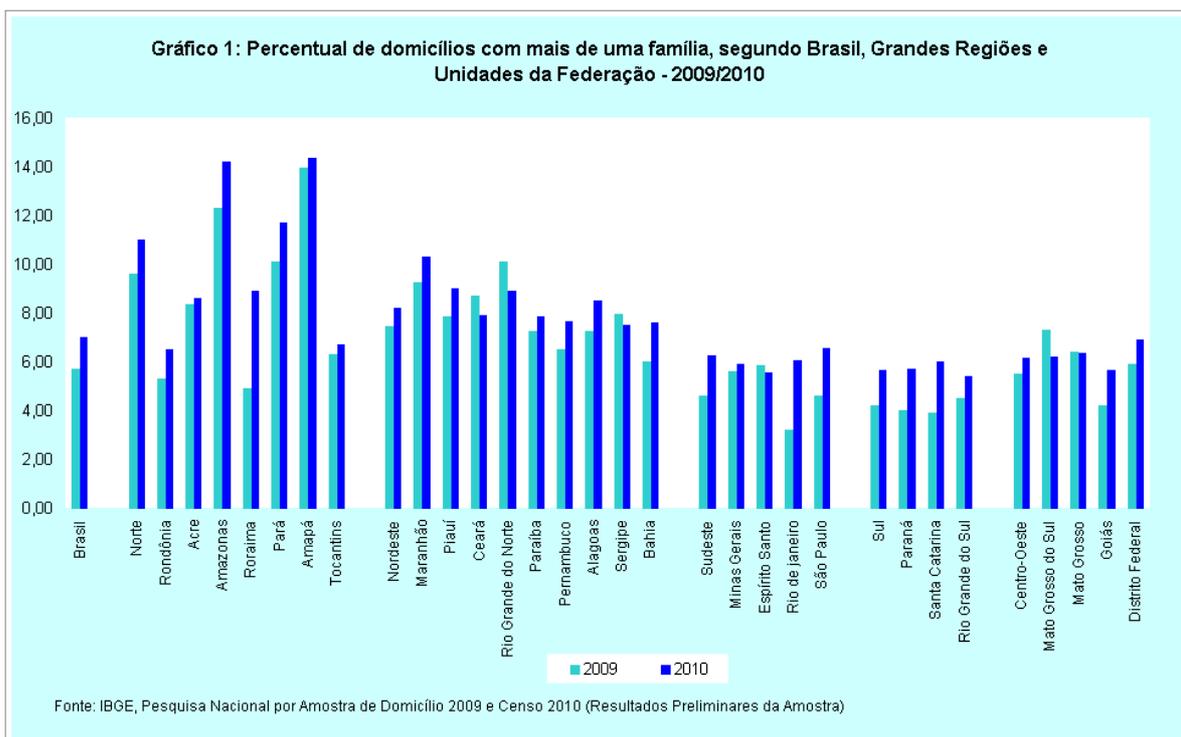
O número de domicílios particulares permanentes com mais de uma família obtido por esta metodologia foi de 4.010.005 (7% dos domicílios), e as regiões com maior e menor percentual de domicílios com famílias conviventes foram as regiões Norte e Sul, com 11% e 5,7%, respectivamente.

Tabela 2: Total e distribuição percentual de domicílios particulares permanentes por número de famílias, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2010.

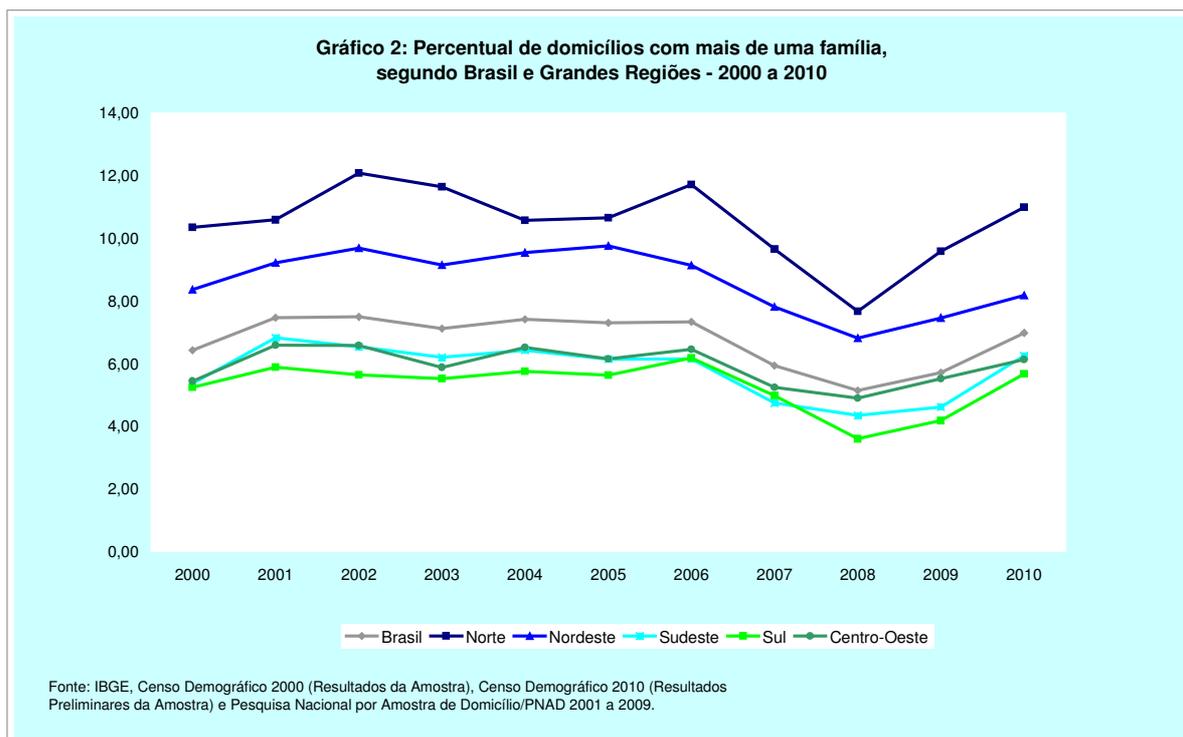
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados				
	Total	Única família		Duas ou mais famílias	
		Total	Percentual	Total	Percentual
Brasil	57.421.802	53.411.797	93,0	4.010.005	7,0
Norte	3991107	3552413	89,0	438694	11,0
Rondônia	460.144	430.123	93,5	30.020	6,5
Acre	191.131	174.739	91,4	16.393	8,6
Amazonas	801.429	687.498	85,8	113.931	14,2
Roraima	116.279	105.952	91,1	10.327	8,9
Pará	1.865.912	1.647.213	88,3	218.699	11,7
Amapá	156.783	134.247	85,6	22.536	14,4
Tocantins	399.429	372.641	93,3	26.788	6,7
Nordeste	14956475	13733220	91,8	1223255	8,2
Maranhão	1.656.633	1.486.257	89,7	170.376	10,3
Piauí	849.966	773.484	91,0	76.482	9,0
Ceará	2.369.609	2.182.905	92,1	186.704	7,9
Rio Grande do Norte	901.192	821.064	91,1	80.128	8,9
Paraíba	1.082.756	997.635	92,1	85.121	7,9
Pernambuco	2.550.844	2.355.392	92,3	195.453	7,7
Alagoas	847.171	775.276	91,5	71.896	8,5
Sergipe	593.194	548.730	92,5	44.464	7,5
Bahia	4.105.109	3.792.476	92,4	312.632	7,6
Sudeste	25222977	23645843	93,8	1577134	6,3
Minas Gerais	6.036.312	5.679.342	94,1	356.969	5,9
Espírito Santo	1.103.202	1.042.212	94,5	60.990	5,5
Rio de Janeiro	5.248.323	4.931.260	94,0	317.064	6,0
São Paulo	12.835.140	11.993.030	93,4	842.110	6,6
Sul	8903111	8398725	94,3	504385	5,7
Paraná	3.303.925	3.114.944	94,3	188.981	5,7
Santa Catarina	1.995.343	1.875.227	94,0	120.116	6,0
Rio Grande do Sul	3.603.843	3.408.555	94,6	195.288	5,4
Centro-Oeste	4348132	4081595	93,9	266537	6,1
Mato Grosso do Sul	763.455	715.947	93,8	47.509	6,2
Mato Grosso	918.209	860.104	93,7	58.105	6,3
Goiás	1.891.748	1.784.430	94,3	107.318	5,7
Distrito Federal	774.719	721.114	93,1	53.605	6,9

Fonte: IBGE, Censo 2010 (Resultados Preliminares da Amostra)

Os percentuais de domicílios com famílias conviventes estimados no Censo de 2010 estão em geral acima dos percentuais estimados na PNAD 2009 para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, a menos de algumas Unidades da Federação. Há Unidades da Federação que apresentaram um grande descolamento nesse indicador para o período em análise, tais como os estados da Região Sul. Tal descolamento pode ser explicado devido às flutuações inerentes às pesquisas domiciliares por amostra, principalmente no caso da PNAD, cujo tamanho da amostra é substancialmente inferior ao da amostra do Censo 2010.



Tais flutuações no percentual de domicílios com famílias conviventes para a última década podem ser vistas no gráfico 2. Observa-se, com a avaliação temporal, que a partir de 2007 (ano em que se adotou o PDA na coleta de dados da PNAD) o indicador em estudo apresentou uma grande redução em relação aos anos anteriores para o Brasil e as Grandes Regiões. No Censo 2010, o indicador apresenta valores acima dos observados na PNAD para estes últimos 3 anos, e razoavelmente próximos das estimativas obtidas no Censo 2000 e entre os anos de 2001 e 2006 pela PNAD.



5. Propostas para investigação dos modelos de organização familiar para a próxima década e o papel do SIPD

A tendência é que as mudanças introduzidas no Censo de 2010 sejam incorporadas às pesquisas domiciliares amostrais do IBGE. Pelo menos esta tem sido a tônica das discussões internas ocorridas no âmbito da implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que abarcará as principais pesquisas domiciliares amostrais a partir dessa década, em especial a PNAD (que passará a ser contínua e integrada com a Pesquisa Mensal de Emprego/PME), Pesquisa de Orçamentos Familiares/POF, Pesquisa sobre Economia Informal/ECINF, entre outras investigações.

O primeiro desafio desta integração para esta temática consiste na uniformização dos conceitos e formas de captação dos arranjos familiares nessas pesquisas. A necessidade de harmonização e padronização dos conceitos sem perder a riqueza da informação coletada com fins específicos nas pesquisas domiciliares pode ser resolvida com a adoção de um questionário comum e outro com as questões especialmente voltadas para a análise do tema em questão (suplementos regulares de investigação). O ideal é que o sistema se estruture de modo que as pesquisas possam dialogar entre si.

Atualmente, persistem disparidades significativas nas formas de investigação sobre família e relações familiares entre os Censos e as PNADs. Primeiramente, até o Censo de 1991, ambas as pesquisas utilizavam o conceito de “chefe” do domicílio e da família. A partir da década de 90, a PNAD passou a utilizar o termo “pessoa de referência”, enquanto o Censo 2000 e o Censo 2010 utilizaram o termo “pessoa responsável”. Adotas dois termos diferentes para um mesmo conceito pode confundir entrevistadores, entrevistados e usuários das informações (Quadro 6).

Quadro 6

Categorias de identificação da posição das pessoas no domicílio e na família nas PNADs - 1977/2009

Censos Demográficos					
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
CATEGORIAS	chefe	chefe	chefe	pessoa responsável	01 - pessoa responsável
	cônjuge	cônjuge	cônjuge	cônjuge/companheiro	02 - cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente 03 - cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo
	filho/enteado	filho/enteado	filho enteado	filho/enteado	04 - filho(a) do responsável ou do cônjuge 05 - filho(a) somente do responsável 06 - enteado(a)
	pais ou sogros	pais ou sogros	pais sogros	pais e sogros	08 - pai ou mãe 09 - sogro(a)
	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	10 - neto(a) 11 - bisneto(a)
		irmão/cunhado	irmão	irmão	12 - irmão ou irmã
	genro/hora	genro/hora	genro/hora	outro parente	07 - genro ou nora
	outro parente	outro parente	avô/bisavô	outro parente	13 - avô ou avó
	outro parente	outro parente	cunhado	outro parente	14 - outro parente
	outro parente	outro parente	outro parente	outro parente	14 - outro parente
	agregado	agregado	agregado	agregado	15 - agregado(a)
	pensionista	pensionista	pensionista	pensionista	17 - pensionista
	emp. dom.	emp. dom.	emp. dom.	emp. domést.	18 - empregado(a) doméstico(a)
	parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	19 - parente do(a) empregado(a) doméstico(a)
	hóspede	hóspede			16 - convivente
	Total	12	13	16	11

Fonte: Ribeiro e Saboia (2008) com revisão em 2011.

O conjunto bastante limitado de opções de categorias para o relacionamento com a pessoa de referência/responsável pelo domicílio/família inviabiliza o estudo sobre os novos arranjos familiares amplamente discutido neste artigo, ficando as demais categorias todas agrupadas em “outro parente”, conforme mostra o Quadro 6. Além disso, todas as pesquisas atualmente mantêm a identificação das famílias no campo, como ocorreu até o Censo 2000.

Na discussão acerca da composição de variáveis para o núcleo básico de investigação do SIPD que, portanto, servirá a todas as pesquisas, foram tomadas algumas decisões no sentido de incorporar parte das mudanças ocorridas no Censo 2010, tais como: i) uso do termo “pessoa responsável”; ii) investigação da existência de mais de um responsável pelo domicílio; e iii) maior desagregação de categorias de relações de parentesco (19 categorias).

O núcleo básico incorporará ainda a investigação sobre os motivos da escolha do responsável pelo domicílio, retomando a proposta empreendida por ocasião dos testes do Censo 2010, porém, com mais opções de resposta para melhor análise da questão. Em princípio, ficaram acordados 10 motivos possíveis e a especificação daquele marcado como “outro”:

- 1) É a pessoa proprietária do domicílio;
- 2) É a pessoa em nome de quem está alugado o domicílio;
- 3) É a pessoa que paga a maior parte das despesas ou a pessoa que paga as contas/quem sustenta a casa

- 4) É a pessoa que cuida da casado domicílio e dos moradores/membros da família
- 5) É a pessoa que tem a última palavra nas decisões importantes da família para os moradores
- 6) É a pessoa mais velha/idosa que tem mais idade
- 7) É a pessoa que tem o maior renda/rendimento
- 8) É a pessoa que tem mais estudo ou maior escolaridade
- 9) Porque é homem
- 10) Porque é mulher
- 11) Outro: especifique

Esse conjunto de propostas ainda será submetido aos fóruns de discussão do SIPD e demais instâncias consultivas. Além disso, a Gerência de Indicadores Sociais, com base nas discussões acima relatadas e na proposta de investigação de Cavenaghi (CONFEST, 2006), apresentou também uma matriz de investigação das relações familiares conforme a Figura 3 abaixo. A idéia é inter-relacionar todos os membros de forma a recuperar todos os possíveis núcleos de reprodução existentes. Essa proposta ficou de ser estudada, senão para o Núcleo Básico, para um Suplemento anual de investigação do tema Família.

Figura 3
Proposta para Investigação de Unidades Domésticas e Famílias

Nº DE ORDEM	RELAÇÃO DE PARENTESCO	Nº DE ORDEM DO(A)		
		CÔNJUGE/COMPANHEIRO	MÃE	PAI
1				
2				
3				
.				
.				
.				
	Ø1 - PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO Ø2 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DE SEXO DIFERENTE Ø3 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DO MESMO SEXO Ø4 - FILHO(A) DO RESPONSÁVEL E DO CÔNJUGE Ø5 - FILHO(A) SOMENTE DO RESPONSÁVEL Ø6 - ENTEADO(A) Ø7 - GENRO OU NORA Ø8 - PAI, MÃE Ø9 - SOGRO(A) Ø10 - NETO(A) Ø11 - BISNETO(A) Ø12 - IRMÃO OU IRMÃ Ø13 - AVÔ OU AVÓ Ø14 - OUTRO PARENTE Ø15 - AGREGADO(A) Ø16 - CONVIVENTE Ø17 - PENSIONISTA Ø18 - EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) Ø19 - PARENTE DO(A) EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) Ø20 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO	0-20. No de ordem da pessoa 70. Em outro domicílio 71. Em prisão/Instituto de correção 72. Asilos e similares 73. Morreu 98. Não Sabe		

Além disso, a questão da investigação do estado conjugal e civil dos moradores do domicílio é de extrema valia para os estudos do padrão de organização das famílias, em especial, das

famílias reconstituídas, possibilitando mostrar um retrato mais fidedigno do fenômeno no país. No Censo 2010, o bloco referente a nupcialidade investiga um conjunto de informações, que relacionadas a outras, poderá contribuir para o estudo das famílias em geral. Sem dúvida, na PNAD Contínua, a inclusão anual destas perguntas não seria necessário, sendo um intervalo, por exemplo, de 3 ou 5 anos o bastante para se configurar um perfil dos tipos de uniões. Essa observação sobre a periodicidade de investigação também vale para a coleta de informações sobre as redes de sociabilidade para aqueles que vivem sozinhos.

Cabem ainda duas últimas observações. A primeira, sobre o conceito de unidade doméstica adotado em sua forma simplificada no Censo 2010. Esta remete à idéia de unidade de moradia (*house-dwelling*), que pressupõe apenas a moradia conjunta de pessoas com ou sem parentesco e sem necessariamente o compartilhamento de despesas e/ou suprimentos das suas necessidades básicas. Esse conceito consta das recomendações das Nações Unidas para as pesquisas domiciliares em geral e, dessa forma, a PNAD Contínua que foi implementada a partir de 2011, deve incorporar o conceito. A segunda é a discussão sobre o conceito de chefia do domicílio ou unidade doméstica que estabeleça critérios específicos na sua definição e permita aprofundar estudos sobre as relações de gênero.

6. Conclusões

A família era considerada como uma das mais antigas instituições sociais e as suas regras de constituição eram bastante conhecidas. Entretanto, nos dias de hoje, as famílias têm regras de constituição bastante diversificadas, sendo necessário investigar para que seja possível captar estas novas realidades do ponto de vista estatístico. As estatísticas sobre as novas formas de organização de unidades domésticas e famílias têm constituído um desafio para os institutos de estatísticas. A discussão e elaboração de novos conceitos são essenciais para entender as mudanças e impactos na dinâmica das famílias e indivíduos na sociedade brasileira, e contribuir para o conhecimento e compreensão das condições de vida da população.

O Censo 2010 traz importantes subsídios para iniciar a próxima década com estudos inéditos sobre as novas formas de constituição da família brasileira que podem ainda ser complementados pela introdução na PNAD Contínua dos conceitos e formas de investigação apresentados neste texto.

Considerando a abrangência e cobertura do Censo 2010, a análise das informações obtidas a partir das modificações propostas no questionário terá contribuição decisiva para o debate sobre os desafios e possibilidades de investigação domiciliar sobre os novos arranjos familiares no Brasil, notadamente as famílias reconstituídas e as famílias com casais de mesmo sexo, inclusive com desdobramentos na forma de investigação do tema no novo Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD do IBGE para a presente década.

O algoritmo adotado pode ser visto com o passo inicial para a identificação das famílias conviventes a partir das variáveis do Censo Demográfico 2010. Os algoritmos construídos podem facilmente ser implementados em outras linguagens e softwares. A partir de diferentes abordagens de especialistas no tema, a forma da identificação das famílias poderá ser alterada.

Bibliografia:

ALVES, J. E. As Características dos Domicílios Brasileiros entre 1960 e 2000. Textos para Discussão, n. 10, Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2004.

ALVES, J. E., CAVENAGHI, S.M. Família e Domicílio no cálculo do Déficit Habitacional no Brasil. Trabalho ANPUR. Novembro, 2004.

BRUSCHINI, M. Cristina Uma abordagem sociológica da família. ABEP, São Paulo, REBEP, v. 6, n.1, jan/jun, p. 1-24. 1989.

CAVENAGHI, S. Reflexão sobre as formas de captar famílias em pesquisas e cadastros, II Encontro Nacional De Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – V CONFEST, agosto de 2006.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug.(Org.). Família Brasileira: a base de tudo. 2ª edição. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994.

MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil. Classificação e Evolução de 1977 a 1998. Texto para Discussão, n. 788. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abril. 2001.

MEDEIROS, M., OSÓRIO, R., VARELLA, S. O Levantamento de Informações sobre as Famílias nas PNADs de 1992 a 1999. Texto para Discussão, n. 860, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fevereiro, 2002.

MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. Mudanças nas Famílias Brasileiras: A Composição dos Arranjos Domiciliares entre 1978 e 1988. Texto pra Discussão, n. 886, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), junho, 2002.

OLIVEIRA, Sônia et al, 2002. Dimensões Preliminares da Responsabilidade Feminina pelos Domicílios: Um Estudo do Fenômeno a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Rio de Janeiro, IBGE.

RIBEIRO, Rosa, SABOIA, Ana Lúcia, Família nas Pesquisas Domiciliares: questões e propostas alternativas, Texto para Discussão nº 30, DPE, IBGE, 2008.

SABOIA, Ana Lucia, Cobo, Barbara, 2003. Comentários dos Resultados de Famílias e Domicílios. IBGE. Censo Demográfico 2000: Famílias e Domicílios (resultados da amostra). Rio de Janeiro, RJ.

SABOIA, Ana Lucia, Cobo, Barbara, 2004. Nota: Sobre o conceito de família no Censo Demográfico 2000, Rio de Janeiro, IBGE

SABOIA, Ana Lucia, SOARES, Cristiane, 2004. O Conceito de Chefia nas Pesquisas Domiciliares através do Recorte por Sexo e Presença do Cônjuge – Uma Contribuição à

discussão da “Feminização da Pobreza”. In: Gênero, Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) nº 2, V. 4. Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1º semestre.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS 2010. IBGE, 2011.

UNECE. Measurement of Different Emerging Forms of Households and Families: Note prepared by the Task Force on Families and Households, CE/CES/BUR/2009/OCT/10/Add.1, Economic Commission for Europe, 29 September 2009.

UNECE. Measurement of Different Emerging Forms of Households and Families; Note prepared by the Task Force on Families and Households, ECE/CES/2010/8, Economic Commission for Europe, 16 April 2010.

NAHAS, Sonia Carvalho. “Anotações sobre o conceito de família e sua operacionalização em pesquisas domiciliares” Trabalho apresentado na Mesa Redonda Novos padrões de organização familiar e alternativas de investigação em pesquisas domiciliares, CONFEST, 2006.

UNITED NATIONS. Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 2, New York, 2008.

IBGE, Censo Demográfico 2010, Características da População e dos Domicílios, Resultados do Universo, 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

IBGE, Censo Demográfico 2010, Características da População e dos Domicílios, Resultados Preliminares da Amostra.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_a_mostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm

ANEXO 1 – Passo-a-passo do algoritmo de Identificação de Famílias

- 1 Inicializar as variáveis “Família”, “Indicador da família principal” e “Indicador de filho(a) solteiro(a), quando aplicável” como 0;
- 2 Ler os registros de cada domicílio separadamente, e executar ações posteriores para cada domicílio;
- 3 Transformar os registros do domicílio em uma matriz de dados, retirando assim os nomes das variáveis, que agora serão indexadas pelas colunas da matriz. As ordens lógicas permitirão identificar cada indivíduo dentro do domicílio;
- 4 Se não houver erro de registro detectado pelo algoritmo anterior, passe à etapa seguinte (Se elemento da linha 1 e coluna 12 é 0);
 - 4.1 Se há 3 pessoas ou menos no domicílio, aloca-se todos os indivíduos à família 1;
 - 4.2 Se há mais de 3 pessoas no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 4.2.1 Leia todos os registros da matriz de dados onde a relação de parentesco com o responsável seja menor ou igual a 14 (Linhas da matriz de dados cujos elementos da coluna da 3ª coluna apresentem valor menor ou igual a 14), e execute o bloco de comandos posterior;

Inicia primeiro bloco de comandos:

- Se a família do indivíduo é igual a 0, passe à etapa seguinte;

A) Responsável:

- 1 Alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1;
- 2 Se não possui Cônjuge no Domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.1 Criar indicador de filho(a) e/ou enteado(a) solteiro(a);
 - 2.2 Se número de filhos é igual a 0, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.1 Se possui mãe viva no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.1.1 Alocar a mãe à família principal, e definir contador da mãe como 1;
 - 2.2.1.2 Se mãe possui cônjuge no domicílio, alocar cônjuge da mãe à família principal, e definir seu contador como 1;

B) Cônjuge de Mesmo Sexo, Cônjuge de Sexo Diferente:

- 1 Alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1;

C) Filho do casal, Filho somente do responsável, Enteado e Genro ou Nora:

- 1 Se Possui Cônjuge no Domicílio passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, então alocar o indivíduo a uma nova família, e alocar genro à família da filha/enteada criada;
- 2 Se Não Possui Cônjuge no Domicílio alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1;

D) Pai/Mãe, Madrasta/Padrasto, Sogro(a) e Avô/Avó:

- 1 Se Possui Cônjuge no Domicílio passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, então alocar o indivíduo a uma nova família, e alocar cônjuge à família criada;
- 2 Se não possui cônjuge no domicílio, alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1.

E) Neto(a):

- 1 Se possui cônjuge no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, alocar indivíduo a uma nova família e o cônjuge à família da neta;
- 2 Se não possui cônjuge no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 2.1 Se sexo é masculino passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1 Se possui mãe viva no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1.1 Se família da mãe é igual a 1, definir família da mãe como nova família, definir contador como 0 e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.2 Se não possui mãe viva no domicílio, alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1;
 - 2.2 Se sexo é feminino passe à etapa seguinte;
 - 2.2.1 Criar indicador de filho(a) solteiro(a);
 - 2.2.2 Se o número de filhos é maior ou igual 1, alocar indivíduo a uma nova família, e alocar filhos a essa nova família;
 - 2.2.3 Se não possui filhos, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1 Se possui mãe viva no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1.1 Se família da mãe é 1, então definir família da mãe como nova família, definir contador como 0 e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.3.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.3.2 Se não possui mãe viva no domicílio, alocar indivíduo à família 1 e definir contador como 1;

F) Bisneto(a):

- 1 Se possui cônjuge no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, alocar indivíduo a uma nova família e o cônjuge à família da bisneta;
- 2 Se não possui cônjuge no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.1 Se possui mãe viva no domicílio então passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1 Se família da mãe é igual a 0, alocar mãe a uma nova família, e alocar o indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.1.1 Se a mãe possui cônjuge, alocar cônjuge à família da mãe;
 - 2.1.1.2 Se a família da mãe for diferente de 0, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2 Se não possui mãe viva no domicílio, alocar indivíduo à família principal e definir contador como 1.

G) Irmão(a) e Outro Parente:

- 1 Se possui cônjuge no domicílio então passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, então alocar o indivíduo a uma nova família, e alocar cônjuge à família da irmã;
- 2 Se não possui cônjuge no domicílio então passe à etapa seguinte;
 - 2.1 Se sexo é masculino, passe à etapa seguinte;

- 2.1.1 Se a relação de parentesco com responsável é Irmão, e indivíduo possui mãe no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1.1 Se a família da mãe é igual a 1 e a pessoa responsável pelo domicílio é casada e/ou possui filho(a) solteiro(a), definir família da mãe como seu número de ordem, definir contador da mãe como 0, e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
- 2.1.2 Caso contrário, se a relação de parentesco com responsável é Outro Parente, e indivíduo possui mãe no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.1.2.1 Se a família da mãe é menor ou igual a 1, definir família da mãe como seu número de ordem, definir contador da mãe como 0, e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.2.1.1 Se a mãe possui cônjuge, alocar cônjuge à família da mãe, e definir contador do cônjuge como 0;
 - 2.1.2.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.2.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
- 2.1.3 Caso contrário, alocar indivíduo à família principal, e definir contador como 1;
- 2.2 Se sexo é feminino, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.1 Criar indicador de filho(a) solteiro(a);
 - 2.2.2 Se o número de filhos é maior ou igual a 1, alocar indivíduo a uma nova família, e alocar filhos à respectiva família;
 - 2.2.3 Se não possui filhos, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1 Se a relação de parentesco com responsável é Irmã, e indivíduo possui mãe viva no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1.1 Se a família da mãe é igual a 1 e a pessoa responsável pelo domicílio é casada e/ou possui filho(a) solteiro(a), definir família da mãe como seu número de ordem, definir contador da mãe como 0, e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.3.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe
 - 2.2.3.2 Caso contrário, se a relação de parentesco com responsável é Outro Parente, e indivíduo possui mãe no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.4.1 Se a família da mãe é menor ou igual a 1, definir família da mãe como seu número de ordem, definir contador da mãe como 0, e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.4.1.2 Se a mãe possui cônjuge, alocar cônjuge à família da mãe, e definir contador do cônjuge como 0;
 - 2.2.4.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.4 Caso contrário, alocar indivíduo à família principal, e definir contador como 1;

Finaliza primeiro bloco de comandos.

- 4.2.2 Se a família 1 é composta por apenas 1 membro, e o número de pessoas no domicílio listado com relação de parentesco menor ou igual a 14 é maior que 3, alocar o responsável à família convivente de menor número do domicílio.
- 4.2.3 Se há algum elemento cuja relação de parentesco com o responsável seja maior que 14 (Se elemento da linha 1 e coluna 13 é maior que 0), leia todos os registros da matriz de dados onde a relação de parentesco com o responsável seja maior que 14 (Linhas da matriz de dados cujos elementos da coluna da 3ª coluna apresentem valor maior ou igual a 14), e execute o bloco de comandos posterior;

Inicia segundo bloco de comandos:

H) Outro Parente, Agregado, Convivente, Pensionista, Empregado(a) Doméstico(a) e Parente do(a) Empregado(a) Doméstico(a):

- 1 Se possui cônjuge no domicílio então passe à etapa seguinte;
 - 1.1 Se sexo é feminino, alocar indivíduo a uma nova família, e alocar cônjuge à família criada;
- 2 Se não possui cônjuge no domicílio, passe à etapa seguinte;
 - 2.1 Se sexo é masculino, passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1 Se possui mãe viva no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 2.1.1.1 Se família da mãe é igual a 0, definir família da mãe como nova família e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.1.1.1 Se mãe possui cônjuge no domicílio, alocar cônjuge à família da mãe;
 - 2.1.1.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.1.1.2 Se não possui mãe viva no domicílio, alocar indivíduo à família principal, e definir contador como 1;
 - 2.2 Se sexo é feminino então passe à etapa seguinte;
 - 2.2.1 Criar indicador de filho solteiro;
 - 2.2.2 Se o número de filhos solteiros é maior ou igual a 1, alocar indivíduo a uma nova família, e alocar filhos solteiros à respectiva família;
 - 2.2.3 Se não possui filhos, passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1 Se possui mãe viva no domicílio passe à etapa seguinte;
 - 2.2.3.1.1 Se família da mãe é igual a 0, definir família da mãe como nova família e alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.3.1.1.1 Se mãe possui cônjuge no domicílio, alocar cônjuge à família da mãe;
 - 2.2.3.1.1.2 Se a família da mãe é maior que 1, alocar indivíduo à família da mãe;
 - 2.2.3.1.2 Se não possui mãe viva no domicílio, alocar indivíduo à família principal, e definir contador como 1;

Finaliza segundo bloco de comandos.

- 4.2.4 Se não há elemento cuja relação de parentesco com o responsável seja maior ou igual a 14 (Se elemento da linha 1 e coluna 13 é 0), a matriz de resultados será a matriz gerada pelo primeiro bloco de comandos;
- 4.2.5 Se há ao menos um elemento cuja relação de parentesco com o responsável seja maior ou igual a 14 (Se elemento da linha 1 e coluna 14 é maior que 0), a matriz de resultados será a matriz gerada pela concatenação entre as matrizes geradas pelo primeiro e segundo bloco de comandos. Se há apenas o responsável com relação de parentesco inferior a 14, alocar responsável à família de menor número criada no segundo bloco de comandos;
- 4.2.6 Se algum dos indivíduos não foi classificado em nenhuma família, alocar esse indivíduo à família principal (Esse passo foi incluído apenas para evitar o caso de realocação, após redefinida a identificadora da família. Apenas nos casos onde há algum indivíduo do sexo masculino com relação de parentesco com o responsável superior a 3, que declara possuir cônjuge no domicílio, porém nenhuma das pessoas do sexo feminino o declara como cônjuge). Na fase de testes, esse passo fez-se necessário em apenas 1 domicílio;

4.2.7 Passos de Redefinição da identificadora da família via data steps: Como a família é assinalada pelo número de ordem de um dos indivíduos que a compõe, os identificadores podem não estar em sequência. Assim, redefine-se a identificadora, de modo que a família principal seja denotada por 1, a família secundária por 2, e assim sucessivamente. Para os domicílios com alguma inconsistência nos registros, mesmo após a etapa de “crítica”, assinalou-se como família o valor 99 a todos os indivíduos.

ANEXO 2 – Comportamento do algoritmo em alguns arranjos domiciliares

1º Arranjo: Responsável, Cônjuge de sexo diferente, Filha do responsável e do cônjuge, Mãe e Irmã.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
1	1	1	1	1	.	1	4	1
1	2	2	2	1	.	0	.	1
1	3	4	2	0	.	1	2	1
1	4	8	2	0	.	0	.	2
1	5	12	2	0	.	1	4	2

2º Arranjo: Responsável, Mãe, Pai e Irmão.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
2	1	1	1	0	.	1	2	1
2	2	2	2	1	3	0	.	1
2	3	8	1	1	.	0	.	1
2	4	12	2	0	.	1	2	1

3º Arranjo: Responsável, Agregados com laços de parentesco (Casal com filha) e Pensionista.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
3	1	1	1	0	.	0	.	1
3	2	15	2	1	3	0	.	2
3	3	15	1	1	.	0	.	2
3	4	15	2	0	.	1	2	2
3	5	16	2	0	.	0	.	1

4º Arranjo: Responsável, Filha somente do responsável, Neta e Bisneto.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
4	1	1	2	0	.	0	.	1
4	2	5	2	0	.	1	1	1
4	3	10	2	0	.	1	2	2
4	4	11	1	0	.	1	3	2

5º Arranjo: Responsável, Cônjuge de sexo diferente, Filha do responsável e do cônjuge, Mãe, Pai, Neta e Bisneto.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
5	1	1	1	1	.	1	4	1
5	2	2	2	1	.	0	.	1
5	3	4	2	0	.	1	2	1
5	4	8	2	1	5	0	.	2
5	5	8	1	1	.	0	.	2
5	6	10	2	0	.	1	3	3
5	7	11	1	0	.	1	6	3

6º Arranjo: Responsável, Cônjuge de sexo diferente, Filha do responsável e do cônjuge, Neta e Agregados com laços de parentesco (Casal com filho).

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
6	1	1	1	1	.	0	.	1
6	2	2	2	1	.	0	.	1
6	3	4	2	0	.	1	2	2
6	4	8	1	0	.	0	.	1
6	5	10	2	0	.	1	3	2
6	6	15	2	1	7	0	.	3
6	7	15	1	1	.	0	.	3
6	8	15	2	0	.	1	6	3

7º Arranjo: Responsável, Filha somente do responsável e Netos.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
7	1	1	2	0	.	0	.	1
7	2	5	2	0	.	1	1	1
7	3	10	2	0	.	1	2	1
7	4	10	1	0	.	1	2	1
7	5	10	1	0	.	1	2	1

8º Arranjo: Responsável, Neta, Mãe e Outros Parentes.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
8	1	1	1	0	.	0	.	1
8	2	10	2	0	.	0	.	1
8	3	12	2	0	.	0	.	1
8	4	14	2	0	.	0	.	1
8	5	14	2	0	.	0	.	1

9º Arranjo: Responsável, Cônjuge de sexo diferente, Filhos do responsável e do cônjuge, Genro e Outro parente.

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
9	1	1	2	1	.	0	.	1
9	2	2	1	1	.	0	.	1
9	3	4	2	1	4	1	1	2
9	4	7	1	1	.	0	.	2
9	5	4	1	0	.	1	1	1
9	6	14	1	0	.	0	0	1

10º Arranjo: Responsável, Filho somente do responsável, Avó e Outros Parentes (Distribuídos em 3 gerações).

ID	V0504	V0502	V0601	V0637	V0638	V0604	V0605	FAMÍLIA
10	1	1	2	0	.	0	.	1
10	2	5	1	0	.	1	1	1
10	3	13	2	0	.	0	.	1
10	4	14	2	0	.	1	3	2
10	5	14	2	0	.	1	4	2
10	6	14	2	0	.	1	4	2
10	7	14	1	0	.	1	5	2
10	8	14	2	0	.	1	5	2

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

-  Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
-  Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
-  Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
-  O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
-  Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
-  Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
-  A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
-  Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
-  Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
-  Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
-  Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
-  De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
-  Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
-  Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
-  As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
-  As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
-  Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
-  Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
-  Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
-  Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
-  Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
-  Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
-  O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
-  Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
-  Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
-  Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
-  O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
-  Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
-  Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990

- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - nº 30, abril 1990
- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - nº 31, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - nº 32, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - nº 33, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - nº 34, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - nº 35, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - nº 36, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - nº 37, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - nº 38, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - nº 39, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - nº 40, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - nº 41, fevereiro 1991
- 📖 Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - nº 42, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - nº 43, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - nº 44, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - nº 45, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - nº 46, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - nº 47, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - nº 48, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - nº 49, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - nº 50, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - nº 51, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - nº 52, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - nº 53, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - nº 54, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - nº 55, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - nº 56, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - nº 57, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - nº 58, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - nº 59, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - nº 60, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - nº 61, fevereiro 1992

- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993
- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997

- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - nº 88, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - nº 89, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - nº 90, julho de 1998
- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA : síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual : algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada : um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.

-  **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 /Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.
-  **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
-  **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
-  **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
-  **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva . - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
-  **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
-  **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
-  **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
-  **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
-  **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
-  **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
-  **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
-  **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Mauricio Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
-  **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
-  **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007

- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares : questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos : aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
- 📖 **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
- 📖 **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 37** – Indicadores sobre Trabalho Decente: Uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho e Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 38** – Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.